

17

ANTROPOLOGIA PORTUGUESA

(Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa)

VOLUME 12
1994



DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Identidades culturais e desenvolvimento

Adolfo Yáñez Casal

*Departamento de Antropologia
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa*

Resumo. A identidade de um grupo ou de uma sociedade é a representação social dos outros sobre o NOS; representação móvel, polimorfa e renovada. A identidade está associada à tradição e à cultura, mas ela, como estas, não se opõe ao desenvolvimento. A cultura, por força da sua integração no desenvolvimento, deverá ser vista como seu produto, ao mesmo tempo que como recurso e factor dinamizador do desenvolvimento. As identidades culturais, como universos estruturados e estruturantes são difíceis de apreender, analisar e manipular, mas fazem parte de qualquer projecto social — leia-se projecto de desenvolvimento —; As identidades continuam a ser, hoje como ontem, objecto de reivindicação do NOS junto dos outros e por vezes contra os outros.

Palavras chave: Identidade; cultura; desenvolvimento; tradição; modernidade.

Résumé. On peut envisager l'identité d'un groupe comme les représentations sociales des autres sur nous. Représentations polymorphes, mouvantes et constamment renouvelées. L'identité est associée à la tradition et à la culture, mais ni l'une ni les autres ne s'opposent au développement. Culture et identité sont produits et facteurs du développement régional, local et même individuel. Les identités culturelles, structures structurées et structurantes, deviennent, avec la modernité et le progrès, de plus en plus difficiles à apprendre, à analyser et à manipuler, mais elles font toujours partie du projet social de chaque groupe et, en conséquence, aujourd'hui comme hier, font l'objet de réinvidications très vives des uns auprès des autres et quelques fois, contre les autres.

Mots-clef: Identité; culture; développement; tradition; modernité.

Quando, por imperativos de investigação antropológica sobre a problemática do desenvolvimento, somos obrigados a abordar o tema das identidades culturais, uma enorme massa de nevoeiro se abate sobre nós, apenas enquadrada por dois pontos imaginários em destaque, entre os quais oscilamos permanentemente, sem nos podermos fixar em nenhum deles.

Um dos pontos é o da invisibilidade ou da inexistência real das identidades. O outro é o da necessidade de que elas existam. A solução mais coerente pareceria ser a da sua invenção. Uma invenção dos outros sobre nós e uma invenção nossa sobre os outros. Inventada, real ou representada, a identidade passa a ser reconhecida, e como tal faz parte do mundo social em que se dividem os homens, congregados em agrupamentos complexos ou primários. O nós e o eles, o nós e os outros são as primeiras categorias sociais com que um grupo toma consciência de si e dos outros, definindo as respectivas «identidades».

A passagem da «inexistência» para a «existência» das identidades sociais, é comentada por Jacques Berque (sob a figura de uma figura geométrica): «Uma identidade colectiva assemelha-se a um poliedro que, ao ser focado, ilumina um dos seus ângulos, sem que os outros desapareçam»⁽¹⁾.

O aspecto da alteridade, como elemento substancial da identidade é sublinhado por Alain Touraine sem ambiguidades: «A identidade é imposta desde fora. Ela não nos diz quem somos nem o sentido do que nós fazemos, mas diz-nos o que devemos ser e as condutas que esperam de nós, sob pena de sofrer uma sanção»⁽²⁾. Precisamente a sanção de sermos condenados à inexistência social, estranhos e vagabundos sem identidade reconhecida.

1. As reflexões sobre o conceito de identidade cultural são tributárias em grande parte de duas tradições científicas ao nível das ciências sociais: a tradição da psicologia social (identidades individual e psico-social) e a tradição da etnologia clássica (identidade étnica).

As várias expressões com que os cientistas sociais referem a identidade, testemunham aquelas origens, a saber:

— Por parte da psicologia, «memória colectiva» (Halbwachs), «psicologia colectiva» (Le Bon), «representação colectiva» (Durkheim), «consciência colectiva» — «inconsciente colectivo» (Jung), «imaginário colectivo» (Duvignaud)...

— À Etnologia Clássica são debitados os indicadores principais com que hoje se pretende estudar e definir uma identidade cultural: Língua, território, habitat, arte e símbolos, sentimento de pertença (etnicidade)...

Os empréstimos da psicologia social para traçar o perfil de uma identidade cultural, tornaram-se evidentes na corrente culturalista da antropologia americana.

A tese aparece formulada numa das obras principais de R. Linton, nestes termos: «Resumindo, a cultura deve ser considerada como o factor predominante na constituição da personalidade de base para cada sociedade, assim como na constituição de séries de personalidades estatutárias características de cada uma»⁽³⁾. Personalidade de base, carácter nacional, personalidade modal ..., são expressões, que Margaret Mead utiliza também nos seus trabalhos dedicados, desde os anos 20, à vida dos adolescentes samoanos e da Nova Guiné, no intuito de decifrar as razões da Crise dos jovens americanos. A conclusão é que a educação no Ocidente, ao contrário da praticada nas ilhas por si estudadas, tende a impôr tipos de personalidade «naturalmente» diferentes de acordo com o sexo dos jovens, o que provoca a revolta contra a autoridade e os conflitos de adequação à moral dominante, entre os jovens americanos. Na obra de outro culturalista americano, Abran Kardiner⁽⁴⁾, a noção de «personalidade de base» deriva do conceito psicológico de personalidade e ao mesmo tempo distingue-se de ele, pois a sua delimitação faz-se não a partir do indivíduo, mas a partir de uma cultura. A personalidade de base, em geral, representa a constelação de características congenitamente ligadas ao conjunto de instituições de uma dada sociedade e cultura. Em termos sintéticos e simples, a tese dos culturalistas poder-se-ia anunciar da seguinte forma: os indivíduos que formam uma sociedade são configurados pelas instituições da cultura, ao mesmo tempo que a configuram, uma vez formada a sua personalidade de base.

Mas sobre a noção de etnia como sobre a de identidade recaem suspeitas e incertezas, que desde longa data, provocam sérias interrogações da parte de autores que se debruçaram e continuam a debruçar-se directamente sobre o tema. Christan Bromberger questiona-se sobre a pertinência do próprio conceito e sobre os trabalhos que a investigação antropológica tem desenvolvido, quer no quadro da etnologia clássica, quer no quadro da antropologia culturalista⁽⁵⁾.

2. Com o termo «desenvolvimento» passa-se, um pouco, o contrário. Está tão presente, é tão real, que não precisamos de o representar. É como se todo o processo histórico inerente às sociedades tivesse de ser pensado exclusivamente em termos de progresso, sendo os cientistas sociais forçados a compreender e explicar as diferenças, como afirma Jack Goody, a partir de «categorias binárias»... tais «como primitivo e avançado, simples e complexo, desenvolvido e em desenvolvimento, tradicional e moderno, pré-capitalista ... etc., o que implica em maior ou menor grau um carácter unidireccional da mudança»⁽⁶⁾.

A percepção do «desenvolvimento», como fenómeno histórico é tanto mais imediata e imanente, quanto mais ele se impõe pelos seus produtos mais

visíveis e uniformes ou pelas relações mais mecânicas e lineares que instaura entre as coisas, objectos, quantidades, produtividade, consumo ... e os indivíduos. Sobre estas relações simples torna-se fácil, demasiado fácil, raciocinar, explicar e até, planificar e fazer previsões — gerir o desenvolvimento material —. E no entanto, nenhuma outra realidade social, nenhum outro fenómeno histórico, encerra maiores ambiguidades, que os contidos sob a expressão de «desenvolvimento».

Temos assim dois termos ou conceitos — identidades, desenvolvimento — ambos imperfeitos, limitados ou imprecisos para responder às realidades sociais a que se referem. No primeiro, o de identidade, a limitação é feita por defeito; os seus conteúdos são difusos e vagos, mas ostenta um significativo promissor e polivalente que torna o seu uso atractivo e descomprometido. No segundo, o de desenvolvimento, todas as capacidades de significação se esgotam, complacientemente, na esperada materialização planetária do crescimento económico.

3. Se cada um destes dois conceitos, tomados isoladamente, faz problema, a sua articulação é duplamente problemática. É nosso objectivo, torná-los convergentes e interactivos.

A questão da articulação entre os dois conceitos e seus respectivos conteúdos, pode-se pôr nestes termos:

- Como fazer o elogio das identidades culturais sem renunciar aos postulados e aos benefícios do desenvolvimento?
- Que papel atribuir aos particularismos culturais constitutivos de agrupamentos ou entidades regionais, num processo de modernidade e progresso que percorre as sociedades?
- Que tipo de apropriação ou incorporação técnica-económica poderá ser realizada por parte da cultura dos habitantes onde o desenvolvimento se processa?

Se a formulação da questão sobre a articulação é, à primeira vista, correcta e muito pertinente na actualidade, ela tropeça com a ambiguidade dos conceitos que a suportam e que, como foi já afirmado, obstaculizam a elaboração de uma resposta. Torna-se, pois, necessário esclarecer essas suspeitas.

Há uns anos atrás, a reflexão antropológica interpretava e definia o perfil identitário de uma etnia, ou de um agrupamento territorial (regional ou local), apoiando-se na dicotomia TRADIÇÃO/MODERNIDADE. Uma sociedade era tanto mais diferente e idêntica culturalmente, quanto menos moderna fosse economicamente. A perda de identidade era proporcional à proximidade do progresso, pois deixava de ser o outro e passava a ser o mesmo.

Para os cientistas sociais e em particular para os economistas, as tradições, a questão das identidades e das diferenças, tão caras aos antropólogos, faziam figura de obstáculos ao desenvolvimento. A alternativa soava a uma palavra de ordem mil vezes repetida: ou tradição e sub-desenvolvimento ou modernidade e desenvolvimento.

Na presença destes preconceitos, que ainda hoje, sub-repticiamente povoam o pensamento de muitos economistas, sociólogos e antropólogos, não faz muito sentido falar da convergência entre identidades e desenvolvimento.

A tradição (ou a identidade), — insistindo nos preconceitos — quase nunca é o que parece ser, nem o que ela diz ser.

- Ela parece, mas não é sinónimo de conformidade.
- Ela parece, mas não é sinónimo de reprodução.
- Ela parece, mas não é sinónimo de atraso, rudimento, obscurantismo.
- Ela contém e sempre conteve dinamismos que permitiram aos grupos «tradicionais», fazer adaptações, assimilações e incorporações de aspectos novos.
- Ela inicia e acompanha a história de uma sociedade, sem nunca se tornar nem ahistórica, nem pré-histórica. Ela é a história.

Durkheim com a sua distinção opositiva e diacrónica entre uma solidariedade mecânica de relações de semelhança atribuída a uma sociedade «tradicional», e uma solidariedade orgânica de relações de complementariedade funcional, atribuída a uma sociedade «moderna», também não se apercebeu de que as duas solidariedades são recorrentes num mesmo processo. Hoje a solidariedade mecânica, de massa, em que o eu é cada vez mais igual a todos os outros, desenvolve-se lado a lado com a solidariedade orgânica de relações complementares e funcionais que a divisão do trabalho impõe mais e mais⁽⁷⁾.

A tradição dá sentido ao novo, ao inesperado, à mudança, ajudando à sua integração social e cultural, sem rupturas ou justaposições.

A tradição pode e deve ser pensada, como reserva de símbolos e códigos para dar significação à modernidade. A tradição é o texto que permite às sociedades assumir novos contextos, sem alienações nem inibições, interpretando o presente e programando o futuro, tendo um projecto social e cultural coerente com os desafios da técnica e da uniformização económica dominante.

O reconhecimento actual da multiplicidade de culturas com as suas próprias genealogias, a afirmação das diversidades culturais e as reivindicações

identitárias celebradas um pouco por toda a parte, são sintomas claros da dissolução duma visão linear da história alimentada pela filosofia de um progresso uni-dimensional e permanente, transformador dos outros no MESMO, isto é, num ser sem cultura e sem identidade.

Tudo o que atrás foi dito no intuito de subverter a dicotomia tradição/modernidade, será melhor compreendido e concretizado, esclarecendo um outro par de conceitos habitualmente tratados em separado, quer na prática social em que eles intervêm, quer nas análises que se fazem dessa prática: Cultura-Desenvolvimento.

A tese que desde algum tempo venho defendendo, como investigador e docente é que a cultura deve entrar como recurso num processo de desenvolvimento; mais, ela deve ser a matriz do desenvolvimento. O corolário e complemento desta afirmação é que o desenvolvimento é factor e função da cultura.

Por exigência do próprio discurso torna-se necessário aprofundar melhor estes conceitos e prever as implicações que lhe são inerentes:

Em primeiro lugar, sobre o desenvolvimento. O desenvolvimento deve ser entendido, não como progresso tal como a perspectiva positivista e ou funcionalista o tem implantado e incutido na ordem do pensamento social, mas como um processo social de mudança, total e integrado, afectando instituições, mentalidades, valores, sistemas produtivos, sociedades e indivíduos. Neste sentido a lógica do desenvolvimento engloba e ultrapassa a visão «naturalista» da mão invisível do crescimento económico, do «homo oeconomicus» universal, devolvendo a prioridade ao «homo socialis», ao particular, ao cultural.

As implicações desta premissa são múltiplas, a saber:

- Não há um modelo único de desenvolvimento. Cada configuração sócio-cultural, nas suas diferentes escalas — nacional, regional e local — imprimirá ao desenvolvimento determinadas pré-figurações que se traduzirão por resultados e produtos diferentes.
- O crescimento técnico-económico será uma condição necessária, mas não suficiente do desenvolvimento. A variável económica deverá ser tratada de acordo com os contextos sociais e culturais da população que se pretende desenvolver.
- A óptica mais convergente para pensar, projectar e analisar o desenvolvimento, terá de ser a da cultura.
- Cultura e desenvolvimento, desenvolvimento e cultura são as duas faces de um mesmo processo, confundem-se na mesma substância,

interagem e produzem efeitos integrados, isto é económico-sociais culturalmente valorizados pelos principais agentes do desenvolvimento, os desenvolvidos.

4. As formas que podem sintetizar melhor o parentesco interactivo, aqui postulado, entre cultura e desenvolvimento são:

- Culturizar o desenvolvimento e
- Desenvolver a cultura

4.1. Culturizar o desenvolvimento

É a cultura que marca rumo e dá sentido ao desenvolvimento. É a realidade cultural concreta — espacial e temporal — de um país, de uma região, de um território, com os seus recursos e motivações, mitos e saberes, valores, representações, necessidades e aspirações, que dão rosto, que marcam o passo, que impõem constrangimentos e despertam estímulos ao desenvolvimento. É a cultura e ela só que poderá impedir o isolamento e o determinismo da componente económica, evitando que imponha, com a sua «mão invisível», as regras e dispositivos que devem reger uma sociedade.

Culturizar o desenvolvimento significa intervir de baixo para cima e de dentro para fora, invertendo a lógica funcionalista do modelo de desenvolvimento dominante, aquele que após a polarização de energias e recursos de que necessita, desestrutura as diferenças, as particularidades e as identidades de que se serviu, como se de um fatalismo se tratasse. Um desenvolvimento guiado pela cultura ou culturalmente integrado, não é necessariamente um desenvolvimento utópico, evocador do paraíso perdido ou responsável pela solução do enigma de uma sociedade de abundância e sem poder. Mas mesmo como ideal dever-se-lhe-à reconhecer a eficácia.

Numa das últimas reflexões de G. Balandier, contida no seu livro «Le Désordre», onde estuda as dinâmicas sociais a partir das coordenadas ordem/desordem, o papel atribuído à cultura face a este binómio, é o de reposição da ordem, fazendo apelo aos tempos passados do mito, mas sem deixar de se actualizar na desordem; «a cultura, afirma Balandier, toma configurações difusas face ao aleatório e ao imprevisível dos tempos modernos»⁽⁸⁾.

Mas a cultura, se nuns aspectos contém uma dinâmica lenta e reprodutiva, noutros mostra-se inovadora, tudo dependendo dos sectores sociais a que está associada. Assim, os aspectos culturais pertencentes aos sectores do sagrado, do

religioso, do simbólico e em certa medida, do político, tendem a reproduzir-se, fixando os indivíduos em patamares de uma identidade cultural de longa duração ou regendo fortes sentimentos de pertença a grupos ou colectividades formados em torno dos mesmos sentimentos e valores; são as nações, grupos étnicos e religiosos ...

Identicidades nacionais, étnicas e religiosas que, no entanto, estão sujeitas, como qualquer outra identidade, a processos de ruptura, por integração e absorção noutras entidades globalizantes ou por fragmentação e sub-divisão noutras mais pequenas. Os factores de ruptura tanto podem ser internos, como externos, ou ambos.

Outros sectores sociais são multiplicadores de mudança e originam aspectos culturais novos, que os indivíduos vão integrando no seu universo cultural global; são os sectores da técnica, da economia, do consumo, da comunicação, informação e imagem que mais aceleram as transformações culturais.

4.2. Desenvolver a cultura

Ao propormos a fórmula do desenvolvimento da cultura, estamos afirmando que todos estes aspectos culturais, desde os mais refractários à mudança, até aos mais dinâmicos, devem ser objecto directo, indirecto ou induzido do desenvolvimento. O que subjaz nesta proposição é o pressuposto de que a cultura, como a sociedade, está inserida no tempo e comprometida na corrente da história, sofrendo os mesmos impulsos, desgastes e contradições. A cultura é memória e projecto, produto e factor, matriz e fim; situa-se atrás e à frente do desenvolvimento, envolvendo-o e sendo por ele desenvolvida.

Mas desçamos ao plano da intervenção, do projecto, do agente de desenvolvimento, e tentemos responder à mais simples das questões: que cultura desenvolver?

Sem querermos fugir a pergunta, um início de resposta, terá de ser o de elucidar ainda mais o conceito de cultura. Não podemos ficar eternamente presos ao conceito antropológico de cultura — maneiras de ser, de pensar e de agir de um povo —, enquanto à nossa volta se fala de cultura cultivada, cultura de massas, cultura popular, grande cultura, cultura dominante e dominada, sub-culturas ... sem fazer referência ao múltiplo uso e abuso do adjectivo cultural.

Seria interessante fazer um exercício de classificação e hierarquização sobre as diferentes acepções de cultura, dando conta das suas oposições, complementariedades e articulações. No mínimo, a interdisciplinariedade sairia ganhando, apercebendo-nos, os antropólogos, de que a CULTURA pensada como totalidade e unicidade, já não é expressão de quase nada. A cultura, se quisermos

utilizar o singular, refere-se a um processo heterogéneo de articulações e subordinações entre o saber constituído — a obra — (cultura cultivada), a cultura popular — o artefacto, representações e instituições da existência e experiência, e a cultura de massas, — misto de cultura popular e de cultura cultivada — manipulada pelo poder e consumida com passividade.

Neste processo, como muito bem assinala Maria de Lourdes Lima dos Santos⁽⁹⁾, intervêm estratégias e mecanismos de dominação, de troca desigual, de dinâmicas de resistência, de fenómenos de violência simbólica de uma cultura sobre as outras. Todo um programa a que a Antropologia não pode permanecer por mais tempo alheia.

A cultura pura e homogénea é um mito construído pelo movimento romântico e prosseguido pela Antropologia do bom selvagem, simples, ingénuo e feliz. Na actualidade, essa cultura referência, raiz de raízes culturais, identidade de identidades, objecto quase-transcendental de uma antropologia fundamentalista ficou reduzida a fragmentos de sobrevivências, reapropriações turísticas ou resíduos de práticas sociais pouco significativas. Esta cultura deve continuar a ser um objecto antropológico entre muitos outros que os tempos actuais de fragmentação, reivindicção de diferenças e imposição de uniformidades, trazem à luz todos os dias.

A antropologia tem de adoptar esquemas de interpretação cada vez mais abertos e flexíveis para captar os processos inter e pluri-culturais onde se originam as particularidades mais diversas que atravessam as sociedades num constante fazer e desfazer de culturas.

Que cultura desenvolver?

Mas por outro lado, não é possível encarar a cultura em termos teleológicos, desenhar-lhe os contornos futuros ou decretar funcionalmente os figurinos com que uma sociedade ou grupo social se devem identificar. A cultura de uma sociedade é decidida sem intermediários nem representantes, não é sujeita a prazos, nem se compadece com programas políticos. A cultura de que estamos a falar pertence à ordem da experiência, do quotidiano dos grupos e dos indivíduos, únicos agentes de cultura.

Nesta perspectiva, desenvolver a cultura só poderia significar desenvolver as condições institucionais, materiais e humanas para que a sociedade possa concretizar o seu projecto cultural com a liberdade e consciência crítica. Concretamente a sugerência de um desenvolvimento cultural, significaria:

- a) Desenvolver os recursos humanos, começando pelas capacidades e qualificações técnicas, no sentido do «domínio das disposições e operadores necessários à posse de utilização de códigos»⁽¹⁰⁾ definidos universalmente (linguísticos, estéticos, científicos e práticos) e aplicados em função das necessidades e aspirações dos desenvolvidos. Esses códigos darão aos indivíduos de um grupo as capacidades de decisão e participação necessárias à promoção de um desenvolvimento cultural endógeno e particular, de forma a que a cultura se torne a «consciência do desenvolvimento» e o desenvolvimento, a base da cultura.
- b) Desenvolver uma cultura identitária. As identidades não são, apenas, produtos a preservar, são também projectos a desenvolver. Como produto, ele compreende, línguas, território, paisagens, saberes, crenças e tradições: um capital herdado, que deve ser correctamente gerido, isto é, conservado (Preservação do património cultural e ecológico), promovido (integração e reforço da consciência histórica) e inovado (transformação dos recursos patrimoniais em factores de desenvolvimento local).

Não se trata, de privilegiar o mero registo do património, para veneração e consumo-espectáculo, mas de encontrar formas de o reintegrar na vida dos grupos que são seres depositários, gestores e beneficiários, como vínculo e patamar de continuidade entre o passado, o presente e o futuro.

Os processos e os projectos de desenvolvimento, quase nunca são pensados e elaborados a partir de uma realidade local e para desenvolver uma realidade local, tendo em conta a sua história, os seus recursos humanos e naturais. O erro, como nota José Maria Cabral Ferreira «Não é, apenas, do sistema administrativo, do controlo central, da colonização por agentes públicos ou privados, vindos do exterior; com frequência são os autoctones, os que vivem de costas para a sua própria realidade de origem, pensando o futuro por assimilação a outras terras e modelos, que se reputam, acriticamente «desenvolvidos»: a cidade face ao campo, o litoral face ao interior, o estrangeiro face ao português»⁽¹¹⁾. Note-se que o desvio, — o autor citado faz a mesma advertência —, não está na presença dinâmica doutros universos, doutros traços culturais vindos do exterior; o desvio consiste no dualismo dos processos que faz com que haja «exclusão ou sobreposição» onde deveria haver integração orgânica.

Preservar uma identidade, desenvolvendo-a, isto é, assumindo-a como fermento para que novos valores e atitudes se concretizem sob a sua influência, acarreta confrontos, tensões e rupturas. Mas são essas tensões e rupturas que dinamizam os processos identitários sempre renovados.

O antropólogo e a investigação antropológica teriam, nesta perspectiva, mais a ver com os processos, do que com a contabilidade de ganhos e perdas de uma identidade cultural padrão, definida e reproduzida nos emblemas e estereótipos de um imaginário histórico, cada vez mais distante da realidade presente. A este propósito, Lévi-Strauss, chama-nos a atenção para a óptica das indeterminações da história única e linear, contrapondo-lhe o fenómeno do aleatório e da diversidade: «É o facto da diversidade que deve ser salvo, não o conteúdo histórico que cada época lhe deu e que não pode perpetuar além dela própria ... A diversidade de culturas humanas existe atrás de nós, à nossa volta e à nossa frente. A única exigência que nós podemos fazer valer é que ela se realize sob formas tais que cada uma seja uma contribuição à maior generosidade dos outros»⁽¹²⁾.

Neste sentido não se pode falar de identidades culturais, como se fossem realidades sociais abstractas e naturais, como outrora fez a antropologia clássica a propósito das etnias e das tribos, raças, povos e nações. Uma e outras são produtos, não de uma história que se confunde com a natureza, mas de uma história presente e actual. É esta história presente e carregada de contingências que nos conduz a sérias interrogações sobre a validade desses conceitos, descobrindo, muitas vezes, as suas origens ideológicas ou políticas.

As realidades identitárias, são produtos aleatórios e transitórios, resultantes de uma enorme constelação de forças internas e externas, actuando nos e sobre os grupos sociais territoriais. O grande problema metodológico e operativo com que se debate a antropologia e os agentes do desenvolvimento, é encontrar os princípios unificadores que permitam assimilar as transformações técnico-económicas aos quadros de referência já socializados, assim como adaptar estes referentes culturais às inovações económicas.

No fundo, o que permanece como área de estudo e de intervenção é o reconhecimento de uma articulação de dois processos: o processo de culturização do desenvolvimento e o processo de desenvolvimento da cultura.

5. Que identidades?

Chegamos ao fim da nossa reflexão, sem que o nevoeiro inicial, se tenha desvanecido. A identidade continua a aparecer-nos, como menos suposta e feita, que a fazer. É um conceito cuja principal virtualidade consiste em lhe requerer um conteúdo e uma existência real em constante ebulição, aberta e recorrente. As dificuldades teóricas e metodológicas da sua apreensão e compreensão não impede, todavia, que ela exista e esteja sempre presente em cada grupo social; aliás é a identidade que torna um grupo consciente de si próprio; mas ela é maleável, plástica, polimorfa e renovável nas suas instituições, como nas

representações que cada grupo faz dela. Como estrutura é estruturante e estruturada, como representação é aproximativa e «estatística», dependendo a sua volúvel fixação das mais diversas contingências individuais e grupais.

Do ponto de vista operativo, uma identidade, não se descobre a partir de uma determinada soma de indicadores culturais, tidos como «objectivos» e permanentes, pois ela é dinâmica e processual; faz parte de um projecto que cada grupo e cada indivíduo procura constantemente realizar, reivindicando-a junto dos outros e por vezes contra os outros grupos e indivíduos. As suas representações são, por conseguinte, muito mais performativas que reprodutivas. Conviria, então, falar mais em processos de identificação e diferenciação do que de identidade e de alteridade. Metodologicamente, o que assume importância, já não são os indicadores de identidade, mas os reveladores desses processos identitários.

Para terminar, não posso deixar de fazer algumas citações registadas, há quase, 20 anos, num seminário interdisciplinar dirigido por C. Lévi-Strauss, sobre o problema da identidade, um tema problemático para as diferentes disciplinas e autores que participaram⁽¹³⁾.

Apesar do seu afastamento no espaço, e dos seus conteúdos culturais profundamente heterogêneos, nenhuma das sociedades (estudadas) constituindo uma amostra casual, parece ter atingido uma identidade substancial: essas sociedades decompõem a sua identidade numa multidão de elementos cuja síntese para cada cultura, — se bem que de formas diferentes — é um problema.

C. Lévi-Strauss

Os dois limites da problemática sobre a identidade são o polo de uma singularidade desconectada e o de uma unidade global pouco respeitadora das diferenças.

Jean-Marie Benoist

A identidade é uma espécie de lar virtual ao qual nos referimos constantemente para explicar um certo número de coisas, mas sem que, na verdade, tenha uma existência real... A identidade, a que por vezes é reduzida uma sociedade para ser estudada... é um limite ao que, na realidade, não corresponde nenhuma experiência.

C. Lévi-Strauss

Termino com uma citação, muito divulgada, de C. Lévi-Strauss, no seu livro, «O pensamento selvagem», onde tenta esconjurar as ameaças de etnocentrismo que percorrem todas as sociedades, as de ontem e as de hoje quando confrontadas com o OUTRO:

As sociedades primitivas fixam as fronteiras da humanidade nos limites dos grupos tribais, para além dos quais, não avistam mais que estrangeiros, isto é, criaturas sub-humanas, sujas e grosseiras, ou mesmo não-homens: bestas perigosas ou fantasmas⁽¹⁴⁾.

Notas

- (1) Jacques Berque. 1970. «Qu'est-ce qu'une identité collective?» in Echanges et communications. Mélanges offerts à Claude Lévi-Strauss. Réunis par J. Pouillon et P. Maranda. T. 1 Paris-La Haye, Mouton, p. 479.
- (2) Alain Touraine. 1974. Pour la Sociologie. Ed. Seuil.
- (3) Ralph Linton. 1959. Le fondement culturel de la personnalité. Paris, Dunod.
- (4) Abran Kardiner. 1939. The Individual and his Society, Columbia University Press.
- (5) Martine Segalen, (présenté par). 1989. L'Autre et le semblable. Presses du CNRS.
- (6) Jack Goody. 1988. Domesticação do pensamento selvagem. Ed. Presença, Lisboa.
- (7) P. Pellegrino e al., 1986. Espace et Développement, T. 1, CRRAAL-UNESCO.
- (8) George Balandier. 1989. Le désordre. Fayard.
- (9) Maria Lourdes Lima dos Santos. 1988. in Rev. Análise Social. Vol. XXIV.
- (10) Augusto Santos Silva. 1988. «O produto nacional vivo: uma cultura o desenvolvimento» In: Atitudes, valores culturais e desenvolvimento. SEDES.
- (11) José Maria Cabral Ferreira. 1986. «Do planeamento da cultura à cultura do planeamento». Rev. Sociedade e Território. Nº 4, Maio.
- (12) Claude Lévi-Strauss. 1961. Race et histoire. Ed, Gonthier, UNESCO.
- (13) C. Lévi-Strauss (direc.). 1983. L'identité. Séminaire interdisciplinaire. (1974-1975), Quadrige, PUF.
- (14) C. Lévi-Strauss. 1962. Le pensée sauvage, Paris, Plon.